

PROCESSO Nº:	RLI-13/00387685
UNIDADE GESTORA:	Secretaria de Estado da Educação
RESPONSÁVEIS:	Eduardo Deschamps, Secretário de Estado
INTERESSADO:	Eduardo Deschamps
ASSUNTO:	Inspeção Ordinária para verificação das condições de manutenção e segurança nas Escolas Estaduais EEB Irineu Bornhausen, EEB Getúlio Vargas, EEB João Silveira, EEB Francisco Tolentino, EEB Maria de Lourdes Scherer e EEB D. Jaime de Barros Câmara
RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR:	DLC - 634/2016 - Instrução Singular

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de inspeção realizada por esta DLC na EEB Irineu Bornhausen, EEB Getúlio Vargas e EEB Dom Jaime de Barros Câmara, todas em Florianópolis, e ainda na EEB João Silveira, em Palhoça, EEB Francisco Tolentino, em São José e EEB Maria de Lourdes Scherer, em Biguaçu, todas submetidas às atribuições da extinta Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, conforme art. 13 da Lei nº 16.795 de 16/12/2015, tendo por objetivo a verificação das condições de manutenção e segurança dessas escolas, que resultou no Relatório DLC 385/2013 (fls. 156 a 171), datado de 11/07/2013.

Com base nesse relatório foi exarada a Decisão n. 3736/2013 (fl. 178) de 30/09/2013 determinando à Secretaria de Estado da Educação e do Desenvolvimento da Grande Florianópolis que providenciasse com urgência a correção dos problemas apontados no Relatório Técnico DLC 385/2013.

Para tanto, foi promovida a notificação dos responsáveis para o exercício do contraditório e da ampla defesa (fls. 179 a 184).

Nada data de 27/08/2015, foi elaborado o Relatório DLC 476/2015 (fls. 1653 a 1657), onde foram analisadas as manifestações dos responsáveis, concluindo-se que permaneciam as irregularidades de omissão de conservação do patrimônio público.

Sendo assim, a Decisão nº 493/2016 (fl. 1678) determinou à Secretaria de Estado da Educação que apresentasse a este Tribunal de Contas um Plano de Ação, conforme Resolução n. TC-0122/2015, que contemplasse as ações a serem adotadas, estabelecendo prazos e indicando responsáveis para a realização de cada ação.



No dia 08/09/2016 a Secretaria de Estado da Educação, apresentou documentos e informações (fls. 1684 a 1721), sob o protocolo n. 16132/2106, que serão analisados a seguir.

2. ANÁLISE

De acordo com o Ofício n. 1434/COJUR/SED/2016 (fl. 1684), foi encaminhado a este TCE o “plano de trabalho e justificativas, apresentado pela Diretoria de Infraestrutura Escolar desta SED, contemplando as ações com vistas a verificação das condições de manutenção e segurança em escolas da grande Fpolis.”

Serão analisadas as ações a serem adotadas para cada escola em separado.

2.1. EEB Dom Jaime Câmara Barros

No Relatório DLC 476/2015 já havia sido apontado o lançamento do Edital de Tomada de Preços n. 04/2015, cujo objeto é a contratação de “empresa especializada na realização de projeto básico de engenharia para ampliação e reforme da EEB Dom Jaime de Barros Câmara”, sendo que naquela época a licitação estava em fase de julgamento da habilitação.

A informação apresentada agora pela Sra. Karen Lippi de Oliveira, Diretora de Infraestrutura Escolar – DINE, foi a seguinte (fl. 1685):

A revitalização da unidade escolar está programada com investimento do programa Pacto, financiamento BNDES.

A ordem de serviço foi emitida em março de 2016. A empresa contratada após reuniões com a direção e fiscalização do contrato, encaminhou consulta de viabilidade em 20 de abril. Por conta do novo plano diretor da cidade de Florianópolis, o SEPHAN apontou algumas divergências no projeto solicitando alteração principalmente pela lei de zoneamento.

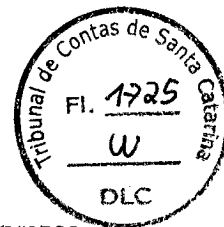
Após diversas reuniões com o órgão em 8 de julho foi deferida a consulta de viabilidade que restringiu a ampliação de algumas áreas.

A contratada adequou os projetos e encaminhou aos órgãos competentes.

Prefeitura	Por conta da adequação a contratada reapresentou projeto dia 30 de agosto (anexo)
Corpo de Bombeiro	Aguarda aprovação do arquitetônico para a readequação
Vigilância Sanitária	Aguarda aprovação do arquitetônico para a readequação
CELESC	Aprovado em 11 de julho (anexo)

Apesar de mencionar que consta anexo do projeto arquitetônico reapresentado dia 30/08/2016, não se verificou nos autos tal documento.

O projeto de entrada de energia está liberado pela CELESC, conforme documento à fl. 1691. *BM*



Entende-se que o Plano de Ação não está completo, pois não estabelece prazos para as ações e tampouco indica os responsáveis por cada ação.

2.2. EEB Getúlio Vargas

No Relatório DLC 476/2015 foi apontado que até setembro de 2015 não havia sido lançado nenhum edital de licitação para execução de intervenções na escola que resolveriam os problemas apontados na Instrução Preliminar DLC 385/2013.

A informação apresentada agora pela Sra. Karen Lippi de Oliveira foi a seguinte (fl. 1685 e 1686):

Esta revitalização também está programada com investimento do BNDES. A secretaria licitou os projetos que estão em fase de aprovação nos órgãos fiscalizadores:

Prefeitura	Aprovado na prefeitura, porém com emissão condicionada a aprovação do bombeiro (anexo)
Corpo de Bombeiro	Reapresentado pela empresa com as adequações: 01 de setembro
Vigilância Sanitária	Aprovado julho (anexo)
CELESC	Aprovado em 12 de abril (anexo)

Com os projetos aprovados serão imediatamente licitadas as execuções das revitalizações.

O Parecer Técnico da aprovação do projeto básico de arquitetura consta às fls. 1694 a 1696 dos autos.

O laudo de análise da vigilância sanitária aprovando o projeto hidrossanitário consta à fl. 1693.

O projeto de entrada de energia está liberado pela CELESC, conforme documento à fl. 1692.

Neste caso só falta a aprovação do Corpo de Bombeiros, que de acordo com a responsável foi reapresentado pela empresa para adequações em 01/09/2015.

Porém o Plano de Ação também não estabelecerá prazos para as ações e tampouco indica os responsáveis por cada ação.

2.3. EEB Irineu Bornhausen

No Relatório DLC 476/2015 verificou-se que, apesar da SED afirmar que obras nesta escola estarem no planejamento da SED/DINE para 2015, até setembro de 2015 não havia sido lançado nenhum edital de licitação.

A informação apresentada agora pela Sra. Karen Lippi de Oliveira foi a seguinte (fl. 1686 e 1687):

MM

A unidade escolar EEB Irineu Bornhausen teve uma reforma de adequação de três salas de aula para suprir a necessidade da escola, em 2015. A grande demanda da comunidade se tratava da piscina instalada. Em reunião, a comunidade externou a Secretaria de Desenvolvimento Regional o desejo de tampar a piscina para a construção de quadra coberta.

Em 2016, as unidades escolares da grande Florianópolis passaram a ser vinculadas à Secretaria de Estado da Educação. Esta diretoria, responsável técnica da questão de infraestrutura, iniciou nova proposta de projetos (arquitetônico, preventivo de incêndio, hidrossanitário) em fase de término para apresentação aos órgãos controladores.

Esta diretoria realizou visita técnica e expediu relatório (anexo) com o seguinte plano de ação:

Programa de Manutenção	Atirantamento da estrutura da tabela de basquete e trocar a própria tabela de basquete Recuperação das traves Troca de fechaduras quebradas Troca de vidros quebrados das janelas Recarga dos extintores Limpeza da caixa d'água
Obra	Fechamento da piscina através de estrutura em concreto armado e laje pré-fabricada, pintura e demarcação de faixas para prática poliesportiva. Construção de muro de contenção na lateral do ginásio Limpeza do telhado Substituição de assoalho de madeira nas salas de aula por piso cerâmico antiderrapante Regularização da rede elétrica interna da unidade escolar Adequação da acessibilidade nos corredores (corredores e aberturas das salas de aula no mesmo nível) Reparo nos forros Este item está em fase de elaboração de orçamento
Projetos	Elaborados na SED e em fase de finalização

Foi apresentado também um Relatório de Vistoria na EEB Irineu Bornhausen (fls. 1716 a 1721), realizada no dia 6 de julho de 2016, pelos técnicos da Diretoria de Infraestrutura da Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina – DINE/SED em conjunto com a Promotoria.

De acordo com o relatório o escopo da visita constituiu na verificação dos problemas físicos estruturais constatados in loco, apresentando diversas fotos com os problemas verificados e apresenta o seguinte Plano de Ação:

3.1 – Plano de Ação – Manutenção

Serão resolvidos através do contrato de manutenção os seguintes problemas:

- Estrutura tabela de basquete (foto 3) – Será atirantada a estrutura metálica e refeita a tabela de basquete.
- Limpeza dos inservíveis (foto 4 e 10) – Será comunicado o setor responsável na SED para que faça a retirada destes materiais.
- Soldagem das traves (foto 5) – Será feita uma recuperação nas traves nos pontos que estão quebradas e enferrujadas.
- Troca de fechaduras quebradas (foto 11) – Serão trocadas as fechaduras que não estão em condições de funcionamento.
- Reservatório de água sujo (foto 15) – Será feita uma limpeza no reservatório.

3.2. Plano de Ação – Levantamento Orçamentário

Serão resolvidos através de projeto e levantamento orçamentário os seguintes problemas:

- Laje em cima da piscina (foto 1) – Será executada estrutura em concreto armado e laje pré fabricada visando o fechamento da piscina.
- Muro de arrimo (foto 2) – Construção de um muro de arrimo em volta do ginásio e preenchimento com aterro.

NM

- Limpeza do telhado (foto 6) – Será feita limpeza da área do telhado que se encontra infestada de matéria orgânica.
- Reparo no forro (foto 7) – Será feita troca nas partes do forro que estão danificados.
- Troca do assoalho de madeira (foto 8) – Será feita uma troca nas salas que tem assoalho de madeira por piso antiderrapante, pelo fato que o mesmo se encontra em péssimas condições.
- Troca de vidros quebrados (foto 9) – Serão trocados os vidros das janelas que se encontram quebrados.
- Adequação da fiação exposta (foto 12) – Será feita uma regularização em toda a fiação exposta para que não apresente risco aos usuários.
- Adequação da acessibilidade (foto 14) – Será feito alinhamento dos corredores com as salas para que fique nivelado tendo acessibilidades.

4 – Cronograma Básico

No prazo de 15 dias encaminharemos um relatório mostrando os serviços executados no item 3.1. Por necessidade de um porte financeiro maior os itens da figura 1, 2, 3, 6, 8, 9, 12 e 14 serão planejados através de orçamento e encaminhados para captação de recursos.

No Relatório DLC 385/2013 (fls. 156 a 171), verificaram-se outros problemas que não foram contemplados no Plano de Ação apresentado, são eles:

- problemas de infiltração em praticamente todos os ambientes, evidenciando problemas no telhado.
- Correção de pilares com armadura exposta (fotos 44 e 47, fls. 29 e 31).
- Portas com enxertos inadequados.
- Reboco da cozinha descolando da parede.
- Ausência de vasos sanitários nos banheiros.
- Problemas na cobertura do ginásio com ausência de telhas e rufos mal posicionados, provocando inundação em dias de chuva.
- Saída de esgoto desembocando em caixa aberta, demonstrando que a execução não obedeceu ao projeto executivo.
- Necessidade de pintura externa.

Esses itens devem ser, portanto, inseridos no Plano de Ação apresentado pela Diretoria de Infraestrutura da Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina.

Além disso, também não foram estabelecidos prazos para as ações e tampouco indicação dos responsáveis por cada ação.

2.4. EEB João Silveira

No Relatório DLC 476/2015 verificou-se que a SED havia informado que através do contrato CT 64/2013, já haviam sido atendidas parcialmente as exigências dos bombeiros, como iluminação de emergência, rota de fuga, extintores e os corrimãos nas rampas e escadas, além do Contrato CT 20/2014SR18, cujo objeto é a execução de serviços de instalação de sistema de prevenção contra descargas atmosféricas.



Também consta naquele Relatório informação da SED que “as reformas feitas nos sanitários e na cozinha já foram executadas e atenderam as normas da Vigilância Sanitária”, além da verificação no SICOP do contrato CT-192/2014SED, para construção da cobertura da quadra esportiva escolar.

Porém naquele relatório entendeu-se por manter a irregularidade tendo em vista a ausência de apresentação de documentos e/ou fotos que comprovassem a execução dos serviços.

A informação apresentada agora pela Sra. Karen Lippi de Oliveira foi a seguinte (fl. 1687):

Sobre a unidade escolar tem-se a informar que notificaremos a empresa contratada no sentido de corrigir as não conformidades referentes às juntas de dilatação.

Como temos aprovado o projeto preventivo de incêndio e instalado, faremos solicitação de vistoria ao corpo de bombeiro.

As demais questões estão apontadas a seguir, conforme relatório anexo:

Programa de Manutenção	Consertar portão com fechadura quebrada Recarga de extintor Troca de lâmpadas Reposição das tampas dos quadros de disjuntores
Obra	Revitalização da pintura Drenagem após aprovação de projeto
Projetos	Drenagem do terreno – estudo para propor melhor estratégia para sanar problemas encontrados.

Foi apresentado também um Relatório de Vistoria na EEB João Silveira (fls. 1709 a 1715), realizada no dia 23 de agosto de 2016, Diretoria de Infraestrutura Escolar:

A Vistoria:

Como citado anteriormente foram vistoriados os pontos citados no relatório do Tribunal de Contas, que serão descritos separadamente abaixo:

Prédio Novo

1. Revestimentos:

As fissuras existentes não apresentam riscos estruturais a edificação.

Com relação a junta de dilatação verificamos a existência da patologia citada e declaramos que faremos os reparos necessários.

Cabe ressaltar que no caso de junta de dilatação deve ser caracterizado como falha construtiva estrutural, não cabendo prazo de validade quanto a garantia da qualidade de execução da obra. Portanto, a Secretaria de Estado de Educação deverá notificar a empresa responsável pela obra.

2. Rede de Drenagem:

Em vistoria verificou-se a execução de um sistema de drenagem suprimindo a área frontal da escola. Entretanto, necessita de estudo para verificar projetar melhor sistema de drenagem. Portanto, está na programação desta secretaria.

Em relação ao preventivo de incêndio importante informar que a unidade escolar possui instalado todo sistema.

Prédio Antigo

3. Cobertura:

A cobertura foi substituída em sua integralidade.

Quadra Coberta

Está sendo executada a quadra coberta na unidade escolar.

Ações a serem tomadas:

- Notificaremos novamente a empresa contratada para realizar correção nas juntas de dilatação
- O projeto preventivo contra incêndio aprovado, agendaremos vistoria do bombeiro.



- Estudo para elaboração de projeto e orçamento para a completa drenagem do terreno.
- Por fim, faremos um orçamento para a revitalização da pintura antiga.

As fotos anexas (fls. 1713 e 1714) ao relatório mostram que de fato as telhas do prédio antigo foram trocadas. Porém não foi incluído no Plano de Ação a recuperação da laje desta edificação, conforme apontado no Relatório DLC 385/2013 (fotos 36 e 37, fls. 100 e 101), tampouco a correção das trincas verificadas no reservatório de água e colocação de console sob as bombas, para que não fiquem apoiadas diretamente no chão, além de correções no piso da quadra e equipamentos desportivos.

Esses itens devem ser, portanto, inseridos no Plano de Ação apresentado pela Diretoria de Infraestrutura da Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina.

Assim como nos demais casos, o Plano de Ação também não estabelece prazos para as ações e tampouco indica os responsáveis por cada ação.

2.5. EEB Francisco Tolentino

No Relatório DLC 476/2015 verificou-se que não havia sido tomada nenhuma providência no intuito de corrigir os problemas verificados na inspeção *in loco* e apontados no item 2.5 do Relatório DLC 385/2013.

A informação apresentada agora pela Sra. Karen Lippi de Oliveira foi a seguinte (fl. 1688):

Programa de Manutenção	Manutenção de junta de dilatação. Tratamento de trincas e fissuras. Revisão da cobertura da sala da direção Junção do piso da quadra com o muro – preenchimento do vazio com nata de concreto Fechar os tubos de aço das redes de sustentação da quadra para não acumular água Recuperação de duas portas pantográficas. Reposição das tampas dos quadros disjuntores
Obra	Reforço do muro de divisa Posteriormente será instalada tela proteção na área faltante do muro de divisa da unidade escolar
Projetos	Projeto estrutural do muro – estudo para propor melhor estratégia para sanar problemas encontrados

Foi apresentado também um Relatório de Vistoria na EEB Francisco Tolentino (fls. 1607 a 1708), realizada no dia 23 de agosto de 2016, Diretoria de Infraestrutura Escolar:

A Vistoria:

Como citado anteriormente foram vistoriados os pontos citados no relatório do tribunal de Contas, que serão descritos separadamente abaixo:

1- Trincas e infiltrações na rampa de acesso:

Foram vistoriadas as rampas de ligação entre blocos e a rampa de acesso à quadra. Em todos os casos não foram encontradas fissuras que comprometam a garantia estrutural deste elemento.

Além disso, foi possível verificar que são rampas “leves” adequadas a PNE, estando todas equipadas com corrimão.

Quanto às infiltrações, estas ocorreram mas foram tratadas com a aplicação de manta nos pontos específicos, e segundo a Direção da escola não há mais pontos de infiltração nestes elementos.

2- Tubos de queda:

Foram verificados o sistema de calhas de todos os blocos componentes da escola. Os tubos de queda desaguam na calçada e escoam para as bocas de lobo no pátio. Nos dias anteriores à visita ocorreram grandes volumes de chuva, porém as áreas abertas da escola já estavam secas, demonstrando que apesar de não ser o mais adequado o sistema é eficiente.

A Direção da escola, através do programa ESCOLA SUSTENTÁVEL, realizou a troca de todo o sistema pluvial de um dos blocos da escola direcionando o escoamento para uma cisterna.

3 – Cobertura:

Visualmente a cobertura da escola está em boas condições. Os blocos são cobertos com telha cerâmica sobre estrutura de madeira e não apresentam rebaixamento ou pontos de infiltração.

Segundo a direção da escola há apenas um ponto por onde infiltra água que é na sala da direção o que acabou empenando o forro de madeira, os outros ambientes escolares estão estanques.

4 – Trincas no Reservatório

O castelo d'água foi inspecionado e não apresenta trincas que comprometam a sua segurança estrutural. Apenas foram identificadas trincas na junção alvenaria/estrutura. Estas trincas são observadas constantemente pelos gestores da escola e conforme a direção não apresentaram novos deslocamentos. Não foi possível acessar a parte interna da cisterna para verificar se foi executado o reboco em uma das vigas, conforme apontado no relatório do TCE.

5 – Quadro de Esportes

Há uma pequena fresta entre o piso e o muro de divisa das quadras de esporte que pode ser facilmente corrigido com preenchimento de nata de concreto. Neste muro também há uma trinca, mas esta não compromete a segurança estrutural da peça.

Quanto aos tubos de aço que dão suporte a rede de proteção da quadra, estes estão realmente abertos. Apesar de estarem em boas condições será providenciado o fechamento destes tubos para evitar o acúmulo de água.

O quadro de distribuição que alimenta a quadra de esportes mantém-se permanentemente fechado para que os alunos não acessem os disjuntores. Como a altura de instalação, por norma, varia entre 160cm a 180 cm não é possível evitar que os alunos tenham a possibilidade de acessar o quadro, apenas será providenciado uma tranca mais segura.

6 – Sistema de Drenagem

Como dito anteriormente havia chovido intensamente nos dias anteriores à visita, e foi possível observar que as áreas descobertas da escola tiveram bom escoamento. Foram identificadas diversas bocas de lobo espalhadas pela escola que garantem bom escoamento das águas pluviais.

7 – Muros de divisa do terreno

Foi identificado que o muro atrás da quadra de esportes, que faz limite com uma casa vizinha, apresenta uma rachadura provavelmente ocorreu pelo crescimento de uma grande árvore no terreno vizinho. Esta falha deverá ser corrigida para evitar problemas futuros. Os demais muros de contorno, visualmente, apresentam boas condições estruturais, porém o fechamento da escola está comprometido devido a falta de tela de proteção em alguns pontos.

8 – Sanitários femininos

Foi apontado no relatório que as janelas do sanitário feminino estão instaladas em altura indevida, porém na visita ficou claro que não é isso o que acontece. As janelas estão na altura correta, porém como estes banheiros estão localizados numa parte mais baixa do terreno e existe uma edificação mais alta justamente atrás deste local, é possível ver por entre a janela, olhando de cima para baixo. Para corrigir este problema foram instalados vidros jateados que não permitem a visualização, as janelas ficam fechadas durante as aulas e os serventes se encarregam de abrir para circulação de ar durante os intervalos.

9- Rede de esgoto dos bebedouros

Apesar da tubulação de esgoto dos bebedouros não estar instalada da maneira mais adequada, embutida no piso, ela existe e é eficiente. O excesso de água dos bebedouros é escoado por tubulação para o ralo.

10 – Portas Pantográficas

Há em torno de 4 (quatro) portas pantográficas instaladas no interior da escola, sendo que duas destas estão avariadas que com alguns reparos voltarão a desempenhar sua função corretamente. Outras duas portas pantográficas foram substituídas e estão em perfeitas condições.

As portas que estão com defeitos continuam abrindo e fechando, apenas algumas réguas estão deslocadas.

11 – Trinca na parte externa da área ampliada

Ocorreu uma trinca natural na junta de dilatação o que não compromete o edifício estruturalmente. É normal que ocorram estes tipos de trincas em junções de edificações, ela acontece exatamente no ponto de ligação da parte antiga com a ampliação de 2012.

Ações a serem tomadas:

Foram verificados que alguns problemas persistem na edificação, porém muitos destes podem ser solucionados através do programa de Manutenção Civil, Elétrica e Hidráulica da Secretaria de Educação, outros necessitam de um estudo aprofundado e de recursos mais volumosos.

Os serviços que serão realizados dentro do programa de MANUTENÇÃO tem previsão de início em Setembro/2016, são eles:

- Trincas e infiltrações: As pequenas trincas (junta de dilatação, reservatório e muro da quadra) podem ser resolvidas aplicando um tratamento ou em alguns casos grampeamento. A cobertura da sala de direção pode ser revisada de modo a corrigir a infiltração atual e impedir novas entradas de água.
 - No encontro do muro com o piso da quadra pode ser aplicado uma nata de concreto de modo a preencher os vazios.
 - Os tubos de aço que sustentam as redes de proteção podem ser lacrados evitando o acúmulo de água.
 - Para evitar o acesso ao quadro de distribuição pelos alunos, os gestores da escola podem desenvolver uma tranca mais eficiente com os recursos disponíveis na unidade escolar.
 - As portas pantográficas deverão ser soldadas, lixadas e pintadas. Conforme já dito anteriormente se reparadas podem voltar a funcionar perfeitamente.
- Outros serviços por exigirem maiores investimentos, serão tratados em licitação futura a partir de um estudo técnico mais apurado, são eles:
- O muro antigo precisa ser reforçado e talvez seja necessário retirar a árvore do vizinho, que é a provável causadora da patologia. Esse trabalho demanda uma conversa com o proprietário do terreno e um posterior reforço no muro.

De acordo com o relatório de vistoria, entende-se que os serviços a serem executados no Plano de Ação estão condizentes com o apontado no Relatório DLC 385/2013, porém mais uma vez, não foram estabelecidos prazos para as ações e tampouco indicação dos responsáveis por cada ação.

2.6. EEB Maria de Lourdes Scherer

No Relatório DLC 476/2015 foi apontado que não haviam sido tomadas providências com o intuito de solucionar os problemas apontados no item 2.6 do Relatório DLC 385/2013.

A informação apresentada agora pela Sra. Karen Lippi de Oliveira foi a seguinte (fl. 1688):

Programa de Manutenção	Correção do forro de PVC na área do refeitório. Tratamento de fissuras Cortes das pontas de aço do vigamento Capina no local da prática desportiva
Obra	Revisão da cobertura da unidade escolar Troca de esquadrias comprometidas Revisão da instalação elétrica e luminárias Substituição de forro de PVC nas áreas danificadas Drenagem Pintura da unidade – última etapa
Projetos	Projeto de drenagem

Karen Lippi de Oliveira

Outras providências que não foram incluídas no Plano e Ação, conforme apontado no Relatório DLC 385/2013 (fotos 11 e 16, fls. 149 e 151), são:

- Correção do posicionamento da tubulação de recalque do reservatório e reparo da alvenaria adjacente a essa tubulação;
- Dar destino às carteiras que estão estocadas na escola, sujeitas às intempéries, e aos computadores que estão sem utilização e ocupando um espaço precioso em uma escola com uma pequena área edificada.

Assim como para as demais escolas, não foram estabelecidos prazos para as ações e tampouco indicação dos responsáveis por cada ação.

2.7. Considerações Finais

Sobre os recursos necessários para realização desses Planos de Ação, a Secretaria de Estado de Educação se manifestou nos seguintes termos (fl. 1688 e 1689):

É importante informar que a DIAF – Diretoria de Administração e Finanças da SED/Gerência de Orçamento e Custo enfatiza que, em referência ao cenário financeiro atual em Santa Catarina, assim como nos demais Estados é preciso ter cautela nas ações, pois, há um alto comprometimento com a folha de pagamento dos professores, o qual consome quase que a totalidade dos recursos do FUNDEB, para a continuidade dos serviços. Somado esse problema, o país vem passando por uma crise que afeta diretamente a arrecadação de recursos agravando ainda mais a situação.

Para termos uma ideia do comprometimento, o crescimento da receita no ano de 2015, foi de aproximadamente 2,7% na média, com queda brusca no segundo semestre, frente a uma inflação de aproximadamente 9%. É importante ressaltar que em 2016 a situação continua com o cenário similar a 2015, ou seja, em forte queda, o que requer dos gestores muita cautela ao autorizar qualquer tipo de despesa pública, com vista ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Devido a estes problemas os recursos disponíveis para a Educação (FUNDEB e Salário Educação) não suportam o custeio de escolas com custos fixos, deixando os investimentos em obras e manutenção predial para segunda análise, dentro de um planejamento mais extensivo.

Esclarecemos também, que esta Diretoria juntamente com a DIAF está se empenhando em buscar estratégias para resolver tais problemas.

Certos de Vossa compreensão ficamos à disposição.

Cabe aqui ressaltar, conforme já colocado em relatórios anteriores, que a Lei de Responsabilidade Fiscal n. 101/2000, em seu art. 45, determina que a conservação do patrimônio público, no caso os serviços de manutenção das escolas, deverão ter prioridade em relação à realização de novas obras:

Art. 45. Observado o disposto no §5º do art. 5º, a lei orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

Parágrafo único. O Poder Executivo de cada ente encaminhará ao Legislativo, até a data do envio do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, relatório com as informações necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo, ao qual será dada ampla divulgação.

NDM



3. CONCLUSÃO

Considerando que a inspeção realizada, em abril e maio de 2013 nas escolas EEB Irineu Bornhausen, EEB Getúlio Vargas, EEB João Silveira, EEB Francisco Tolentino, EEB Maria de Lourdes Scherer e EEB Dom Jaime de Barros Câmara, localizadas na Grande Florianópolis, apurou diversos problemas nas edificações.

Considerando que a Decisão 493/2016 determinou à Secretaria de Estado da Educação apresentasse a este TCE, com fulcro na Resolução n. TC-0122/2015, um Plano de Ação que contemplasse as ações a serem adotadas, estabelecendo prazos e indicando responsáveis para cada ação.

Considerando que a Secretaria de Estado de Educação apresentou um Plano de Ação para cada escola, sendo que os das escolas EEB Irineu Bornhausen, EEB João Silveira e EEB Maria de Lourdes Scherer devem ser complementados com a inserção de alguns serviços, conforme descrito nos itens 2.3, 2.4 e 2.6, respectivamente.

Considerando que nos Planos de Ação apresentados não foram estabelecidos prazos e tampouco indicado os responsáveis por cada ação.

Considerando todo o exposto, entende-se que não houve cumprimento integral da Decisão n. 493/2016 e sugere-se ao Sr. Relator, com fulcro no art. 59 c/c art. 113 da Constituição do Estado e no art. 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decidir por:

3.1. Aplicar multa ao Sr. Eduardo Deschamps, Secretário de Educação, CPF n. 561.317.049-53, conforme previsto nos arts. 70, parágrafo 1º da Lei Complementar 202/2000, por deixar de cumprir, em sua totalidade o item 6.2 da Decisão n. 493/2016 deste Tribunal de Contas.

3.2. Reiterar a determinação à Secretaria de Estado de Educação para que elabore o Plano de Ação, adicionando as ações descritas nos itens 2.3, 2.4 e 2.6 deste Relatório, além de estabelecer prazos e indicar os responsáveis para a realização de cada ação.

É o Relatório.

Diretoria de Controle de Licitações e Contratações, em 20 de outubro de 2016.

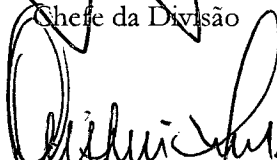
Juliana Stramandinoli
JULIANA SÁ BRITO STRAMANDINOLI
Auditora Fiscal de Controle Externo

De acordo:



RODRIGO LUZ GLÓRIA

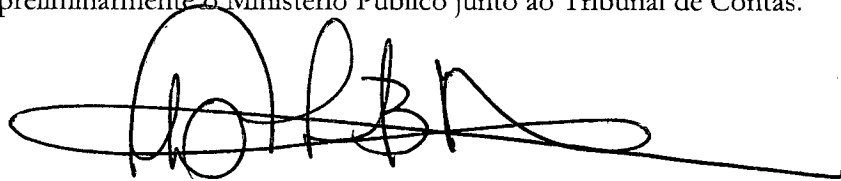
Chefe da Divisão



ROGÉRIO LOCH

Coordenador

Encaminhem-se os Autos à elevada consideração do Exmo. Sr. Relator Herneus De Nadal, ouvido preliminarmente o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.



FLAVIA LETICIA FERNANDES BAESSO MARTINS

Diretora



ESTADO DE SANTA CATARINA
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS
PROCURADORIA GERAL

1.730 A

PROCESSO N°

RLI- 13/00387.685

Certifico que o presente processo foi recebido na PGTC nesta data.

Florianópolis, 16/11/16

Osnildo Fock

Gerente Distribuição de Processos